

**DOSSIÊ: Políticas educacionais, trabalho docente e desempenho discente no ensino médio: dilemas atuais**

**APRESENTAÇÃO**

*Organizadora do Dossiê:*

Bernarda Elane Madureira Lopes<sup>1</sup>  
Universidade Estadual de Minas Gerais

Nas últimas décadas, o Ensino Médio recebeu atenção específica das políticas públicas, por intermédio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), a qual expandiu a obrigatoriedade e gratuidade da educação até os 17 anos. Pode-se inferir que essa mudança representou uma expressiva conquista para os brasileiros, uma vez que ampliou a obrigatoriedade do Estado na oferta da Educação Básica, favorecendo as parcelas menos favorecidas da população brasileira, e conseqüentemente excluídas da escolarização ao longo dos anos.

Para o Ensino Médio a aprovação de dispositivos legais tais como a Emenda Constitucional 59/2009 e a lei nº 12.796/2013, que tornaram obrigatória e gratuita a universalização dessa etapa de ensino, fortaleceram a conquista prevista na LDB 9394/96.

No entanto, vale ressaltar que as promulgações dessas leis, por si sós, não assegura a qualidade, acesso, permanência e conclusão dos alunos do Ensino Médio, visto que essa etapa apresenta grandes desafios e dificuldades em relação a esses quesitos, principalmente no que se refere a não conclusão da Educação Básica.

São múltiplos os problemas que interferem no êxito do Ensino Médio brasileiro, dentre eles, destaca-se a intermitência das políticas públicas educacionais, caracterizando-se como políticas de governo e não políticas de Estado. A descontinuidade através da criação e revogação de leis e programas governamentais tem causado sérios obstáculos à essa etapa de escolarização, favorecendo a evasão escolar.

Por conseguinte, as críticas e análises sobre a evasão no Ensino Médio têm sido pautadas tendo como referência os baixos resultados apresentados nas avaliações sistêmicas,

---

<sup>1</sup>Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais. *E-mail:* elanemadureira@yahoo.com.br

as quais demonstram o alto índice de repetência e abandono no Ensino Médio público. Embora tenha acontecido uma ampliação do acesso ao Ensino Médio, tal efeméride não é garantia de aprendizagem e permanência dos alunos na escola. Dados do UNICEF (2014)<sup>2</sup> revelam que aos 19 anos de idade, apenas 48,7% dos jovens conseguiram concluir o Ensino Médio e que mais de 1,7 milhões de adolescentes estão fora da escola.

Diante desta problemática torna-se importante uma análise sobre o assunto em questão, visando ampliar reflexões sobre as políticas públicas para a oferta desta etapa educacional, sobre as condições de trabalho dos docentes e o desempenho discente. O dossiê *Políticas educacionais, trabalho docente e desempenho discente no Ensino Médio: dilemas atuais* disponibiliza um conjunto de artigos, enfocando avanços e limitações enfrentadas por essa etapa de ensino. Assim, contamos com a colaboração de pesquisadores comprometidos com estudos e investigações atinentes ao Ensino Médio, os quais, seguramente, contribuirão para ampliar análises sobre a temática de forma densa e rigorosa.

A educação de Jovens e Adultos (EJA) tem apresentado grandes obstáculos para sua consolidação, podendo-se destacar, dentre eles, as dificuldades apresentadas pelos professores no desenvolvimento da prática curricular. No artigo *A Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio: construção e prática curricular dos professores da EJA em Ouro Preto - MG*, Regina Magna Bonifácio de Araújo (UFOP/DEEDU) e Luís Antônio da Costa (FUNEC) buscam discutir como são desenvolvidos os currículos no Ensino Médio, modalidade EJA, por professores de escolas públicas de Ouro Preto - MG. Para tanto, analisam os discursos desses docentes em relação à prática curricular e a aproximação com o cotidiano dos alunos e as orientações curriculares do Estado. Os autores destacam os desafios encontrados pelos docentes no cotidiano da sala de aula, dentre eles o fato de trabalharem com turmas cada vez mais heterogêneas, onde dividem espaço entre adolescentes, jovens, adultos e idosos, com perfis diferentes, carregando anseios distintos, mas buscando recuperar um tempo perdido em suas vidas acadêmicas. Os autores concluem afirmando que, embora os professores acreditem que as propostas governamentais para o currículo da EJA sejam bem elaboradas, essas não colaboram de maneira ampla para o desenvolvimento do trabalho na modalidade, de forma parcial ou integral. Os professores defendem que, por não conhecer a realidade das escolas públicas e dos alunos da EJA, as instâncias governamentais elaboram propostas que podem até ser bem-intencionadas, mas que não condizem com a realidade da EJA.

---

<sup>2</sup>Dados obtidos na pesquisa intitulada “10 desafios do Ensino Médio no Brasil: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos” / [coordenação Mário Volpi, Maria de Saete Silva e Júlia Ribeiro]. – 1. ed. – Brasília, DF: UNICEF, 2014.

A evasão escolar no Ensino Médio na educação brasileira é um desafio para as políticas públicas educacionais, no artigo intitulado: *Evasão escolar no Ensino Médio sob a perspectiva dos docentes*. No referido artigo, Bernarda Elane Madureira Lopes (UEMG/FAE) enfoca a atuação dos professores no Ensino Médio regular noturno e os processos de precarização do trabalho docente para a evasão escolar no Ensino Médio. A autora destaca que, mesmo diante dos avanços na legislação brasileira em relação à Educação Básica e, em especial, no Ensino Médio, o problema da evasão escolar persiste entre os jovens e adolescentes que estão nessa etapa de ensino. A autora afirma ainda que os sujeitos entrevistados enfatizaram as condições socioeconômicas relacionadas a questões macrossociais e microssociais como fatores que contribuem para o abandono escolar e, como também aspectos voltados para questões pessoais e subjetivas.

Diante das discussões e lutas sociais acerca do racismo, no artigo *Escrevivências de alunas negras: Construções e resistências na escola*, as autoras Cirlene Cristina de Sousa (UEMG/FAE) e Vitória Régia Izaú (UEMG/FAE) trazem um debate a respeito do racismo implícito e explícito, no cotidiano escolar no Ensino Médio, a partir das vivências de duas estudantes mineiras que enviaram aos seus professores cartas sobre os mecanismos do racismo no ambiente escolar. Diante da realidade do racismo nas escolas brasileiras as autoras pretendem com essa discussão contribuir para o aprofundamento do debate sobre o racismo institucional. Asseveram que as escritas dessas duas jovens fazem ecoar trajetória que nos dão acesso a um complexo processo de humanização/desumanização na vivência escolar de uma parte significativa dessa juventude nessa fase de ensino.

No artigo *Implicações da reforma do Ensino Médio para o trabalho e a formação docente*, as autoras Lurvin Gabriela Tercero Reyes (FURG/RS) e Suzane da Rocha Vieira Gonçalves (FURG/RS) discutem as implicações que a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) podem produzir na formação de professores e no trabalho desenvolvido em sala de aula. A discussão baseou-se na LDB 9394/96 e na Medida Provisória 746/2016. As autoras concluem o texto afirmando que as mudanças em curso causadas pela nova lei do Ensino Médio terão repercussões diretas na formação dos estudantes nessa etapa de ensino e na formação dos profissionais da educação como também no desenvolvimento do seu trabalho.

Na tentativa de compreender as disputas e o jogo que se concretiza entre os campos sociais na definição de políticas públicas para o Ensino Médio, o artigo *O movimento todos pela educação como agente articulador do campo econômico na agenda para o Ensino Médio* os autores Valdirene Alves de Oliveira (UEG/GO) e João Ferreira de Oliveira (UFG/GO) analisam

alguns elementos conceituais bourdieusianos que são importantes para a discussão sobre a relevância do movimento Todos Pela Educação (TPE), na construção de uma agenda para o Ensino Médio. Os autores parte do pressuposto que algumas premissas apresentadas pelo TPE são históricas e vinculadas a um projeto de formação para a juventude, mas que se constituíram de modo singular desde a criação desse Movimento. O trabalho recorreu a documentos constitutivos do TPE, bem como ao acervo de publicações oriundas de estudos, pesquisas, entrevistas, relatórios e outros documentos, disponibilizadas no site do TPE para apreender a proposta de ensino médio subjacente.

Esperamos contribuir com as reflexões na área e com as lutas por uma educação de qualidade socialmente referenciada para os alunos do Ensino Médio.